

Com a opção cada vez mais clara do governo Itamar Franco por uma linha de atuação que nada tem a ver com as reformas estruturais que poderiam abrir caminhos para a saída da crise permanente em que o Brasil tem vivido, começam a se acumular os indícios de que deverão se agravar dois dos problemas que refletem de modo mais agudo o drama dos brasileiros: a recessão e a inflação.

A recessão colocou na rua, durante o ano passado, 160 mil trabalhadores que estavam empregados na indústria de São Paulo. Foi o segundo pior resultado dos últimos dez anos, superado apenas pelo de 1990 (ano do Plano Collor I), quando 225 mil postos de trabalho foram fechados nas fábricas paulistas.

O governo diz ser possível, ao longo deste ano, realizar investimentos que permitam a geração de pelo menos 2 milhões de empregos no País, fato que, nas suas projeções, poderia se repetir em 1994. Foram esses números que, otimistamente, o ministro do Planejamento e da Fazenda, Paulo Haddad, expôs aos dirigentes partidários que se reuniram com o presidente Itamar Franco na semana passada.

Dirigentes da indústria, porém, que trabalham menos com estatísticas macroeconômicas e mais com a realidade de suas empresas, sabem que a recuperação do nível de emprego, pelo menos nas suas áreas de atuação, será lenta. Isso porque, ao longo da recessão iniciada em 1989 e tremendamente agravada pelo Plano Collor I, as empresas brasileiras foram obrigadas a racionalizar o processo produtivo ao máximo, com expressivos ganhos de produtividade, mas com graves perdas para o nível de emprego. Podem, por isso, aumentar a produção conforme o aumento da demanda, sem necessariamente precisar aumentar na mesma velocidade a mão-de-obra empregada. Além disso, dificilmente isso acontecerá se o governo conseguir aquilo que declara ser a sua maior prioridade: a criação de novos impostos, que vão tirar US\$ 12 bilhões extras da já comalida economia privada, além dos cerca de US\$ 5 bilhões que já tirou com a aprovação do novo Imposto de Renda das pessoas jurídicas que começa a vigorar este ano...

A persistência de uma inflação extremamente elevada, conseqüente desse quadro, coloca o Brasil entre os grandes campeões do Planeta em 1992. Os índices já conhecidos variam de 1.127,53% (calculado pelo Dieese) a 1.174,47% (IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas), o que faz com que o Brasil só perca para dois países: a Rússia e a Ucrânia, onde a inflação atingiu cerca de 2.000% no ano passado. Mas perder o campeonato mundial da inflação para esses países não é grande glória ou consolo, já que tanto a Rússia como a Ucrânia viveram sete décadas com os preços represados (várias décadas a mais que o Bra-

sil, portanto), enfrentam todos os problemas políticos, econômicos e sociais decorrentes do desmoronamento do império soviético e pagam o preço — também como o Brasil — de ainda não terem decidido com clareza os rumos que pretendem imprimir às suas economias.

Percebe-se com mais clareza o exagero da inflação brasileira quando ela é comparada com a dos demais países da América Latina. Mesmo o melhor índice registrado no Brasil é muitas e muitas vezes superior ao segundo pior resultado do Hemisfério, que é o do Equador. Lá a inflação foi de 62% em 1992. Mas o Equador tem uma atenuante forte: em setembro, houve lá um brutal aumento dos combustíveis, que se refletiu nos demais preços. Mas a situação normalizou-se rapidamente, tanto que, no final do ano, a inflação mensal baixara para cerca de 1%.

Desde o início da década passada foi comum comparar a situação do Brasil com a da Argentina e a do México, porque esses três países, justamente as três maiores economias da América Latina, tinham problemas muito semelhantes. Estados paquidêrmicos envolvidos em todo tipo de atividade de produção e seus corolários: dívida externa alta, recessão, inflação, desorganização econômica e déficit público. Argentina e México combateram com coragem seus problemas fundamentais e hoje não mais acompanham o Brasil. Privatizaram suas estatais, desregulamentaram suas economias, renegociaram sua dívida externa, cortaram os gastos excessivos do governo, abriram suas economias aos capitais e à competição estrangeiros e, em conseqüência, domaram a inflação. A Argentina acumulou 17,7% ao longo de todo o ano passado e o México, 11,9%, o melhor resultado em muitos anos, nos dois casos.

Enquanto isso, no Brasil, apesar do otimismo do ministro Haddad, a crise continuará a ceifar empregos e a provocar inflação, pelo menos enquanto prevalecerem, no governo e no Congresso, as idéias retrógradas que impedem a adoção das medidas aplicadas com êxito em outros países da América Latina, e não só neles.

A "colocação" de cada país nos "quesitos" inflação e desemprego é apenas o reflexo da coragem e da profundidade com que cada um deles empreendeu reformas estruturais com vistas a libertar suas economias do peso do Estado e dos preconceitos nacionalistas, com vistas a dar-lhes condições de competir na economia interplanetária. E, uma vez que o Brasil ainda não teve coragem sequer para começar as reformas de que precisa, não há como se surpreender com a colocação em que ele se encontra nesse "campeonato" onde, para cada sociedade, o prêmio é a fartura e a punição é a miséria.